

Infraestrutura Custo de construção e risco climático são questionados pelo Instituto Socioambiental; ministério diz que fará análise técnica do estudo

Viabilidade da construção da Ferrogrão continua motivo de polêmica

Rafael Bitencourt
De Brasília

Enquanto finaliza os estudos da Ferrogrão para submetê-los à análise do Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério dos Transportes foi novamente confrontado por questionamentos de entidade da sociedade civil que coloca em dúvida a viabilidade da ferrovia — projeto que promete derrubar em 20% o custo do transporte de grãos de Mato Grosso pelos portos do Arco Norte. O Instituto Socioambiental (ISA) prepara avaliação técnica, antecipada ao Valor, que aponta supostas “falhas metodológicas e conceituais” em parecer técnico do governo.

Por meio de nota, o ministério informou “que foi notificado formalmente acerca do resultado do estudo contratado pelo Instituto Socioambiental (ISA) somente nesta quinta-feira (13) e vai se manifestar após análise técnica do material enviado pelo ISA”.

A entidade, que representa interesses de povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, contesta a abordagem contida no trabalho considerado como um trunfo da atual gestão na retomada do projeto. Trata-se da Análise Socioeconômica de Custo e Benefício (ACB) da Ferrogrão, baseada em guia elaborado pela equipe econômica, em 2022.

No estudo, a entidade civil defende que a ACB da Ferrogrão subestimou os valores a serem aportados pelos investidores no projeto. A construção dos 976 quilômetros de ferrovia está avaliada em R\$ 20,04 bilhões, em valores de julho de 2023. Já o custo inicial da operação foi estimado em R\$ 1,2 bilhão por ano.

A Ferrogrão foi planejada para levar a produção agrícola — especialmente, milho e soja — da cidade de Sinop (MT) para Itaituba (PA), onde a carga deve ser despachada pelos terminais de Miritituba, no rio Tapajós. Uma operação logística semelhante já é feita por caminhões na BR-163, que corre em paralelo ao traçado de referência da nova ferrovia.

A avaliação de custo e benefício confrontou basicamente o cenário de construção da Ferrogrão com a possibilidade de futura duplicação da BR-163. Como resultado, a ACB indicou o “benefício líquido” de R\$ 62 bilhões para sociedade se o projeto sair do papel.

“Materialização do risco climático pode repercutir de várias formas”
Kralingen D. Thá

Além de reduzir o preço do frete, o aumento da participação do transporte ferroviário na região, de 50% para 86%, evitaria a emissão de 3,4 milhões de toneladas de CO₂ por ano. O estudo indica que uma composição ferroviária, com 170 vagões, é capaz de substituir 422 caminhões de 40 toneladas.

O Ministério dos Transportes, na gestão atual, criou um grupo de trabalho para discutir o projeto com lideranças indígenas e ambientalistas. Eles abandonaram o debate alegando falta de diálogo efetivo. O ISA foi uma das entidades que participaram do grupo.

Um dos autores do estudo, o economista da Kralingen Daniel Thá alerta que o custo de construção da Ferrogrão pode saltar para R\$ 27,68 bilhões. Ele usou, a título de comparação, os cálculos de custo da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), em trecho assumido pela Vale na prorrogação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), validadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo TCU.

Outro problema apontado pelo documento foi a análise de custo e benefício ter desconsiderado a necessidade das medidas de adaptação aos riscos climáticos e às “externalidades” relacionadas ao desmatamento induzido pela ferrovia na região.



Mariel Nakane, assessora técnica e economista do ISA: avaliação do projeto da Ferrogrão está comprometida

“Ao Valor o economista da Kralingen disse que “a materialização do risco climático pode repercutir de várias formas”. Ele considera que, além de impactar o orçamento, pode influenciar no risco de demanda. “Eventos extremos ou irregularidade de chuvas podem levar a quebras de safra ou baixas de produtividade, prejudicam a razão de ser da Ferrogrão: o transporte de grãos”, disse Thá, que lamenta o fato do projeto não ter sido incluído no programa “AdaptaVias”, voltado para mitigar impactos e riscos da mudança do clima no setor.

O documento de 63 páginas do ISA, obtido pelo Valor, conclui que “as falhas comprometem a validade dos resultados apresentados pela ACB Ferrogrão como instrumento de apoio à tomada de decisão”, referindo-se à análise feita pelo antigo Ministério da Economia de custo-benefício (ACB) e que avaliou a viabilidade socioeconômica do empreendimento usando metodologia internacional.

Para a assessora técnica e economista do ISA, Mariel Nakane, a avaliação do projeto está comprometida. “Isso nós vamos mos-

trar para o TCU e o STF [Supremo Tribunal Federal]”, afirmou.

O envio do estudo de viabilidade da Ferrogrão está a cargo da ANTT. Enquanto no Supremo, o ministro Alexandre de Moraes aguarda as últimas manifestações para decidir sobre a ação direta de inconstitucionalidade (ADI), do Psoal, contra a lei que alterou a demarcação do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, para receber ferrovia. O governo tem a expectativa de que o impasse jurídico seja superado com a simples acomodação da linha na faixa de domínio da BR-163.

Alta dos alimentos corrói confiança do consumidor

Alex Jorge Braga
De São Paulo

A percepção de alta na inflação dos alimentos e as tradicionais despesas de início de ano influenciaram na queda em janeiro do Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que registrou 123,5 pontos — encoberto 7,3% na comparação com o mesmo período do ano passado e 1,7% em relação a dezembro.

Realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), a pesquisa, que foi aplicada na capital paulista, também apurou dados do Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), que marcou 111,8 pontos, alta de 3,1% frente a dezembro. No comparativo interanual, houve queda de 1,7%.

De acordo com o assessor econômico da FecomercioSP, Fábio Pina, as projeções apontam dificuldades para os consumidores por causa da alta da inflação, que está estimada em 5,5% neste ano. Por isso, segundo ele, o planejamento financeiro com o ajuste do orçamento e a redução do endividamento será essencial.

“As pessoas sentem a inflação, mas não a calculam. Com isso, há uma percepção de que está mais caro do que já foi”, diz. “No supermercado, por exemplo, não percebe que o valor do café caiu, mas que o da manteiga subiu, pois tendem a sentir mais o que as prejudica do que as beneficia.”

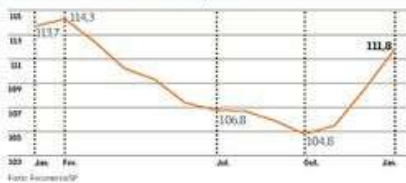
Já para os empresários, as estrate-

Cautela

Gastos do início do ano refletem em consumo mais controlado



Índice de Consumo das Famílias - Em pontos



tégias devem ser focadas na eficiência operacional. Empresas com soluções personalizadas, condições de pagamentos diferenciadas e que priorizam a experiência do cliente estarão mais preparadas para lidar com esse cenário.

“Comerciante também é vítima da carestia, pois tem um acúmulo de custos lá de trás”, afirma Pina. “O lojista deve ter o máximo de opções de mercadoria para oferecer algum conforto ao seu consumidor, que poderá fazer a substituição de um produto

por outro. Mesmo assim, sabemos que o cliente não sai feliz do supermercado, porque quer comprar aquele item específico e não pode pelo alto preço.”

Pina lembra que a alimentação tem “impacto imenso” no orçamento das famílias que recebem até R\$ 3 mil. Não dá para escolher se vou ou não comer”, pontua. “Não ir para Miami é chato, não ter o carro zero km é desagradável, mas não ter o iogurte que quero é muito pior. E vou no limite: comer um feijão agudado é uma tragédia.”



Fábio Pina: “As pessoas sentem a inflação, mas não a calculam”

O ICC é formado por dois índices, ambos tiveram queda em janeiro. O Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA), que mede a percepção dos consumidores sobre o momento presente, atingiu 122,3 pontos, caindo 0,5% em relação a janeiro de 2024. Já o Índice de Expectativas do Consumidor (IEC) registrou 124,3 pontos, recuando 11,3% ante o mesmo período do ano passado, e teve a maior contribuição para a queda do ICC no comparativo anual.

Para o economista, esse desempenho reflete também as preocupações dos lares com o futuro da economia, dado o ambiente de juros elevados, inflação acima da meta e incertezas acerca das conjunturas fiscal e cambial. “A queda de 2% em relação ao mês anterior reforça que essas preocupações persistem e afetam negativamente as decisões de consumo e investimento.”

A FecomercioSP também calcula o ICF, que revela um comportamento distinto entre as faixas de

renda no período de janeiro de 2024 a janeiro de 2025. Enquanto as famílias com renda de até dez salários mínimos apontaram uma queda de 2,7% no indicador anual (107,6 pontos), as de renda superior a dez mínimos demonstraram maior resiliência, com alta de 0,9% (124,2 pontos) neste período.

A análise de Pina ressalta que as famílias de menor renda estão mais vulneráveis ao cenário econômico adverso, com inflação elevada e restrições de crédito, o que dificulta a aquisição de bens duráveis. Apesar disso, essas famílias registraram um aumento mensal de 4,4% na comparação com dezembro. Possivelmente, essa alta foi impulsionada por fatores sazonais de início de ano, como o recebimento de 13º salário e bônus.

“As famílias ainda estão no ritmo das promoções de rescaldo do Natal. Não acredito que essa empolgação se repita no ICF de janeiro para fevereiro”, afirma. “A confiança do consumidor começa a dar sinais de que chegou a um ponto de inflexão, apesar de não estar em um patamar baixíssimo.”

Já as famílias com renda superior a dez salários mínimos mantiveram estabilidade mensal, reflexo da menor dependência de crédito e maior capacidade de poupança. No entanto, há sinais de cautela quanto ao futuro, considerando, sobretudo, a possibilidade de manutenção das altas taxas de juros, o que pode impactar a confiança desse estrato social nos próximos meses.

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante: [Acesse assinevalor.com.br](https://assinevalor.com.br)
Ligue 0800 701 8888